1. Renda Fixa

Os títulos de renda fixa se caracterizam por possuírem regras definidas de remuneração. São títulos cujo rendimento é conhecido antecipadamente (juro prefixado) ou que depende de indexadores (taxa de câmbio ou de inflação, taxa de juros etc.).

O investimento em títulos de renda fixa exige que se observem algumas características específicas dessa categoria de ativo. Suas características mais importantes são: quem é o emissor do título; qual é o prazo título; e qual é o tipo de rendimento do título.

A importância do emissor do título está ligada a questão do risco de crédito envolvido no investimento em títulos emitidos por uma empresa, instituição financeira ou governo. Assim, deve-se investigar qual é o rating de crédito, ou seja, a situação econômico-financeira do emissor do papel antes de comprá-lo. No Brasil, os títulos públicos, de emissão do governo federal, são considerados os títulos que apresentam menor risco.

O prazo do título envolve tanto a perspectiva do risco de crédito, quanto a perspectiva da taxa de juro obtida pelo investidor para o prazo do investimento. No que diz respeito ao risco de crédito deve-se considerar, além da saúde econômico-financeira do emissor do título, conforme já mencionado, o período durante o qual o investidor ficará exposto a esse risco. Já, a taxa de juro diz respeito à questão do seu comportamento futuro, e ao risco de mercado ou de oscilação de preço do título até o seu vencimento ou resgate. Portanto, o prazo do título está ligado a esses dois tipos de risco, porque ambos os riscos - de crédito e de oscilação das taxas de juro - poderão aumentar quanto maior for o prazo dos títulos.

Já, o tipo de rendimento do título diz respeito à definição do critério para corrigir ou remunerar o investimento. Existem títulos com rendimento prefixado, ou seja, remuneração fixada no momento da aplicação. Exemplos desses títulos são as LTN - Letras do Tesouro nacional - e os CDB - Certificados de Depósito bancário entre outros. Além dessa forma de rendimento, existem os títulos pós-fixados, isto é, o rendimento acompanha o desempenho de determinado indicador e o valor final só poderá ser conhecido no vencimento. Eles podem ser atrelados ao câmbio, como as NTN-D - Notas do Tesouro Nacional - que são corrigidas pela variação da taxa cambial (Real x US_Dólar), podem ser indexados às taxas de juro SELIC como as LFT - Letras Financeiras do Tesouro, ou indexados à índices de inflação, como as NTN-B, que rendem a variação acumulada do IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor - Amplo) e as NTN-C, que rendem a variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado).

2. Renda Variável

Para o investidor que procura uma rentabilidade maior, e ao mesmo tempo tem uma propensão maior ao risco, pode optar por investir em ações.

Ações são títulos nominativos, de renda variável, que representam uma fração do capital social de uma empresa. Quando adquire ações de uma empresa o investidor se torna sócio desta, participando de seus resultados.

Estas ações podem ser convertidas em dinheiro pela sua negociação em Bolsas de Valores ou mercado de balcão. O preço da ação é fruto das condições de mercado (oferta e demanda), refletindo as condições estruturais e comportamentais da empresa, de seu setor econômico e da economia do País.

O investidor em ações pode obter o retorno de seu investimento, seja por meio da valorização do preço da ação, ou da distribuição de lucro da empresa por meio de dividendos. Entretanto, escolher as ações que deve comprar e o momento certo para vender depende de conhecimento técnico especializado. O investidor pode obter este conhecimento e administrar a sua própria

carteira de ações ou pode optar pela administração profissional, que é oferecida pelos Fundos de Investimento.

3. Fundos de Investimentos

A grande vantagem dos Fundos de Investimento (sejam eles de ações, renda fixa ou de outra categoria) é que possuem uma gestão profissional. Os gestores desses Fundos são, em geral, profissionais qualificados para formular e operacionalizar estratégias a fim de atingir os objetivos, buscando a melhor relação risco x retorno.

Devido às várias expectativas com relação às tendências do mercado e ao impacto dos vários fatores de risco existentes na economia, diferentes estratégias são formuladas e desenvolvidas pelos gestores dos Fundos de Investimento. Esse fato faz com que ocorram performances (desempenhos) diferenciadas entre os Fundos - inclusive pertencentes à mesma categoria ou classificação.

Dessa forma, é fundamental que se realizem avaliações individualizadas e comparativas do desempenho dos vários Fundos, para que se possa decidir sobre qual é a melhor alternativa de investimento, dadas as características e perfil de risco do investidor. Além disso, é importante que se proceda ao monitoramento regular da performance do Fundo para avaliar a eventual necessidade de troca de investimento.

4. Objetivo de Investimentos

Ter um Objetivo de Investimentos irá guiar o processo de investimento, ajudando o investidor a entender suas necessidades individuais e aumentando a probabilidade de decisões adequadas ao seu perfil de investidor.

O Objetivo de Investimentos pode ser constituído pelos seguintes elementos básicos:
Objetivos de retorno: quanto quero ganhar?
Aversão a risco: quanto estou disposto a perder?
Restrições: quais são as minhas limitações?

É importante observar que todo retorno está diretamente correlacionado com o risco; quanto maior o retorno pretendido, maior o risco do investimento. Definidas as condições de retorno/risco, o investidor fica sujeito às restrições com relação às alternativas de investimento.

Nos módulos "Como investir" e "Como administrar sua carteira" você pode obter um guia para definir o seu perfil de investimento, a partir do qual pode compor a carteira de investimentos mais adequada e que corresponda às suas expectativas de retorno e risco.

Fonte: CMA

Termos e condições:
As informações e análises contidas neste site, oriundas de fornecedores independentes ou geradas pelo próprio Banco do Brasil, têm o propósito exclusivamente informativo, não consistindo em recomendações financeiras, legais, fiscais, contábeis ou de qualquer outra natureza, e, não necessariamente, refletem a opinião do Banco. O Banco do Brasil S.A. não se responsabiliza por qualquer decisão tomada com base nas informações contidas neste Site, nem pelos eventuais prejuízos decorrentes de: (i) exatidão, autenticidade, veracidade, integridade, legalidade, precisão ou validade das informações, para qualquer propósito específico do cliente das informações; (ii) interrupção ou cancelamento das informações; e (iii) imperícia, negligência, imprudência, por ação ou omissão, dos fornecedores independentes de informação.